

Resumo 07

Prevalência da contracepção de emergência em estudantes de nível superior e importância da Atenção Farmacêutica na automedicação

Matheus Diniz Gonçalves Coelho¹, Caroline Guerrero¹, Fabiana Paula de Souza Lino¹

1. FAPI/FUNVIC – Faculdade de Pindamonhangaba/Fundação Universitária Vida Cristã

fabianapslino@gmail.com

A vida profissional e o planejamento familiar são os principais fatores de adesão feminina para uso dos métodos contraceptivos; nesse sentido, diversas estratégias têm sido desenvolvidas no decorrer dos anos para o controle da concepção. Com o avanço da tecnologia farmacêutica, um método anticoncepcional foi desenvolvido para as ocasiões onde os métodos contraceptivos tradicionais falham ou não são utilizados, à saber, o contraceptivo de emergência. Como o método não interrompe gravidez já estabelecida, ou seja, não causa aborto, sua utilização é legal, porém, assim como os outros métodos contraceptivos medicamentosos, só deve ser usado mediante prescrição médica e, neste caso, em situações excepcionais, devido ao fato de existirem diversos efeitos colaterais que podem ocorrer se o uso for prolongado e indiscriminado. No presente trabalho, , aprovado pelo comitê de ética em pesquisa com Seres Humanos da FAPI (protocolo nº 167), objetivou-se avaliar a frequência de uso dos contraceptivos de emergência por parte de mulheres que estudaram em cursos de graduação da Faculdade de Pindamonhangaba (FAPI), no ano de 2011, bem como avaliar a frequência de efeitos colaterais e o conhecimento destas a respeito dos riscos relacionados ao uso destes medicamentos. Das estudantes entrevistadas 91 (45,5%) afirmaram fazer ou já ter feito o uso de anticoncepção de emergência (AE), sendo que apenas 11 (12,08%) mulheres adquiriram AE por prescrição médica; esses dados podem ser consequentes do fácil acesso a este tipo de medicação sem prescrição médica em farmácias, internet e outros meios de venda, aliado ao baixo preço relativo do produto no mercado, facilitando ainda mais a aquisição deste, e, permitindo a ocorrência do uso indiscriminado desta prática. Ressalta-se por fim a importância do uso racional destes medicamentos, bem como a reciclagem dos conhecimentos para abordagem das pacientes por parte dos médicos ginecologistas e particularmente pelos profissionais farmacêuticos, pois, mesmo que a automedicação ocorra, cabe a este profissional a dispensação destes e de outros medicamentos, que quando realizada de forma ética e orientada, faz com que a automedicação passe a ser racional, com diminuição de riscos e melhoria da qualidade de vida e da Saúde Pública.

Descritores: atenção farmacêutica, automedicação, contracepção de emergência

Realização:



Apoio:



CRF SP
CONSELHO REGIONAL
DE FARMÁCIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO